

A novela "Banespa"

O presidente do Banespa concedeu entrevista na qual reconheceu não haver transmitido à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento as informações completas, que lhe incumbia dar, sobre as operações financeiras do deputado Manoel Moreira com esse banco estatal. Foram sonegados à comissão dados essenciais a que se avaliasse se houve ou não favorecimento ao parlamentar quercista. Alegou o sr. Murillo Macedo, apenas US\$ 203 mil. Que lucro! A que a CPI do Orçamento solicitara ele equivale o prejuízo do Banespa as informações a lhe serem referidas. Eis os fatos.

metidas esclarecessem o que havia a respeito de "débito e movimentação financeira" do sr. Moreira. Ele acrescentou que outros dados, sobretudo, do valor de US\$ 300 mil, de uma dívida contraída perante o Banespa, e sobre um cheque que sem fundos que o deputado passara, não envolviam a obrigação de detalhar nem "débito", nem "movimentação financeira", pois faziam parte do "histórico financeiro" da conta de Moreira. Logo, o erro terá sido resultado da incompetência dos integrantes da CPI, que deveriam ter exigido o "histórico financeiro" sob o qual se protegeu o deputado?

É claro que não. No que toca ao débito, cumpria dar conta do perdão mencionado — ou do prejuízo imposto ao banco por alguém que, se não tivesse as costas quentes, provavelmente estaria amargando os ônus de uma execução judicial, para cumprimento da lei. No que se refere à movimentação financeira, se se exclui dela a notícia de um cheque, vultoso, devolvido por falta de provisão, é absurdo ocultar a ocorrência (pois é disso que se trata) à autoridade que pretendia estar a par dela. Fora daí, não há argumento válido para justificar o que aconteceu.

Esse caso do Banespa e da CPI é ilustrativo de como, no Brasil de hoje, autoridades buscam fugir de requisições legais de autoridades, invocando pretextos menores. Sem que nada lhes aconteça — pelo menos até agora. A demora do governador Luiz Antônio Fleury em tomar providência, para que sua administração não seja envolvida num escândalo, espanta.

O presidente do Banespa fez

contas. Moreira devia quantia correspondente a US\$ 143 mil e pagou US\$ 154 mil. "O lucro do banco foi de US\$ 11 mil". É preciso indagar: então, por que foram perdidos os US\$ 300 mil? Na reali-

dade, a conta é outra, e bem diferente. Graças a dois empréstimos e uma dívida contraída para a compra de um restaurante, em Brasília, o deputado quercista se comprometeu junto ao Banespa por um total de US\$ 565 mil; e pagou

apenas US\$ 203 mil. Que lucro! A que equivalerá o prejuízo do Banespa.

Custa crer que, quando a xerox e a adoção de processamento de dados que obedece a alta sofisticação técnica não permitem que se esconda o que quer que seja de quem quer que seja, o Banespa se permita tamanha ingenuidade, imaginando os responsáveis por sua administração que poderiam prolongar indefinidamente uma situação como a que levou a que se escondessem da CPI do Orçamento as aventuras do deputado Manoel

Moreira dentro do banco. Só se pode admitir que tudo tenha sucedido de forma tão estranha e lamentável por causa de alguma pressão política fortíssima, invencível, capaz de levar a diretoria do banco a correr os riscos que correu, e pelos quais está pagando, pelo menos no conceito da opinião pública? Quem conhece as artes e manhas desse fenômeno político denominado quercismo não haverá de estranhar as circunstâncias singulares registradas neste comentário.

Quando o sr. Moreira começou a transacionar com o Banespa, presidia-o, na gestão Orestes Quérica, o sr. Octávio Ceccato, afastado do cargo que ocupava por causa de irregularidades. Como se vê, tudo começou mal. Acabou pior. Moreira passou o cheque sem fundo ao banco em 1989. O valor do cheque foi transformado posteriormente em dívida; e o destino dela todos já sabem qual foi. Pois bem, apesar da nota desabonadora que deveria constar do cadastro, o mesmo Moreira recebeu, um ano mais tarde, os empréstimos cujo destino também já é de domínio público, apesar da obstrução havida para que não se tornasse conhecido o desfecho das operações desastrosas.

Foram sonegadas informações à CPI do Orçamento por pressões políticas invencíveis?